

ESTADO, ESCOLA E DEMOCRACIA: PROPOSIÇÕES DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA

Ana Paula Monteiro de Carvalho - UECE
anapaulamoca@hotmail.com

Valdemarin Coelho Gomes- UECE
Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará – UFC
rabbitmario@hotmail.com

RESUMO

A presente comunicação afirma como objetivo recuperar aspectos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, publicado em 1932, que tratam da dimensão política da educação em geral, e da educação pública, em particular, como ferramenta para transformações sociais, destacando a missão de construir uma sociedade democrática tendo a escola como núcleo de tal projeto. Os Pioneiros representaram a junção das forças intelectuais progressistas do seu tempo, propondo um modelo de escola, a “Escola Única”, formadora de uma nova sociedade a partir do conhecimento científico, um tipo de “iluminismo” brasileiro, que levaria esclarecimento às zonas escuras da exclusão e do atraso. Centravam tal proposição na ação efetiva do Estado no que se refere à oferta, acesso e garantia de qualidade desta nova escola, estando esta voltada para a dimensão política, no sentido da compreensão dos problemas brasileiros e construção da práxis necessária para as suas resoluções, ainda que no limite dos parâmetros burgueses. A análise do documento se fez a partir da leitura imanente do Manifesto, articulado ao seu contexto histórico, discutindo algumas de suas determinações e contradições. O caráter progressista, para a época, das proposições dos Pioneiros foi um dos elementos conclusivos do exame feito sobre o Manifesto. Outro ponto a ser destacado é sua vinculação com a ascensão da classe burguesa no Brasil, para a qual a escola representava um locus importante de formação da nova cidadania.

Palavras-chave: Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova; Escola; Estado;

Introdução

Em tempos de perdas dos poucos direitos sociais e políticos, conquistados por meio das lutas de muitas gerações de brasileiros, e de forte reação conservadora às tentativas de inclusão social, a educação pública ainda se mostra como a ferramenta de resistência que dispomos para atingir um amplo contingente social. Uma ferramenta insuficiente para a ruptura com as estruturas de domínio que caracterizam a sociedade capitalista, mas fundamental para composição do corpo crítico necessário à sua superação.

Entretanto, ao olharmos para o atual esvaziamento da dimensão política da educação, seja pelo mecanismo das práticas tecnicistas disseminadas nas unidades escolares ou por meio de manobras partidárias ultraconservadoras, manifestadas em propostas como o Projeto de Lei da “escola sem partido”, não podemos deixar de refletir sobre a importância do Manifesto dos

Pioneiros da Educação Nova¹, publicado em 1932, e que congregou os intelectuais mais progressistas do país, mesmo divergentes entre si, para uma convocação social que expôs, enfaticamente, a dimensão política do complexo educativo e a importância da educação pública como catalisadora de avanços e/ou retrocessos sociais. Ao reler as reflexões dos Pioneiros e resgatar seu contexto histórico, nos deparamos com uma sociedade tão severamente excludente que suas reivindicações, feitas em período relativamente distante, ainda têm muito a dizer sobre a atualidade brasileira.

É nesta direção que o presente texto se desenvolverá, objetivando recuperar aspectos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova que tratam da dimensão política da educação em geral, e da educação Pública, em particular, como ferramenta de indução de transformações sociais, destacando a missão de construir uma sociedade democrática. Por certo, entendemos o Manifesto como uma proposta progressista para a época, porém afirmamos estar a mesma circunscrita à lógica do desenvolvimento industrial e da burguesia nacional emergentes.

Uma nova proposta para a educação: alguns avanços do Manifesto

Iniciamos nossa reflexão considerando as profundas desigualdades regionais brasileiras no início do Século XX, como resultado de estruturas produtivas agrícolas arcaicas do latifúndio e da monocultura herdadas desde os tempos coloniais. As lideranças políticas conservadoras, em larga medida, resistiam a quaisquer propostas de desenvolvimento econômico, mesmo que nos limites das formulações liberais, e acabaram por manter a maioria da população na mais absoluta pauperização. Mas, as vontades humanas não são, por si só, suficientes para barrar o desenvolvimento das forças produtivas, e a acumulação de capital produzida pela expansão das lavouras cafeeiras contribuiria para a formação da burguesia industrial nacional, trazendo a urgência de fundar, de fato, o Estado Brasileiro, imprescindível para a consolidação da nova classe, o que gerou conflitos dentro do próprio setor dominante à época.

É esse contexto que viabilizará o encontro de vários intelectuais brasileiros que, mesmo oriundos de visões de mundo e interesses distintos, concordaram que a Educação era

¹ Redigido por Fernando de Azevedo, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova tornou-se um dos documentos mais significativos para os rumos da educação brasileira. Assinado por 26 intelectuais da época, com posições ideológicas de diferentes matizes, o Manifesto propunha a renovação da escola no Brasil, a partir de uma nova base pedagógica que visava romper com o modelo “tradicional” de educação que predominava no país.

um ponto de convergência importante para a formulação de uma proposta de escola que fosse muito mais do que um mero espaço de transmissão de conteúdo, sendo, agora, parte imprescindível à representação de um projeto de país. Essa escola foi denominada de “Escola Única”.

A Escola Única seria resultado de uma espécie de contrato social, no qual o Estado estruturaria a oferta de educação em todos os níveis, ensino primário, secundário e universitário, de forma igual para todas as classes sociais, respeitando os processos internos (biológicos, inclusive!) de formação das pessoas, de sua infância até sua maturidade. Essa escola também é “única” por articular formação geral e formação para o trabalho, de modo a desenvolver ao mesmo tempo o indivíduo e o país.

Apesar da proposta não superar a dualidade entre escola pública e escola privada, tentava impedir que o Estado oferecesse uma escola pública mais qualificada para as elites no ensino secundário e superior, enquanto que às massas o acesso era reservado a uma precaríssima escola primária. Outro avanço considerável da proposta é a visão de pobreza, assumida como resultado da estrutura social que mantém essas massas analfabetas e sem acesso à Ciência, e não como algo natural à realidade brasileira (AZEVEDO et al., 2006).

Ainda que essa percepção fosse atrelada a uma visão idealizada que entendia a falta de acesso à educação formal como causa dos problemas brasileiros, a desnaturalização da pobreza foi muito importante para viabilizar a descoberta de uma nação que precisava se conhecer e pensar seus problemas. A Escola Única não seria apenas uma escola, uma opção de formação de indivíduos, ela seria a Escola que formaria todos os brasileiros, e concomitante, formaria o Brasil. Essa Escola teria que ser: a) laica, baseada em princípios científicos, emancipada da tutela da igreja católica; b) gratuita, para que todas as classes sociais tivessem acesso, criando uma suposta harmonia entre elas, pois todas as crianças e jovens, pobres e ricos, teriam as mesmas oportunidades; c) obrigatória, para proteger os mais pobres da exploração dos patrões e da própria família, equalizando as chances da formação de sua personalidade; e d) operar num sistema de “coeducação”, avançando para o fim da segregação por sexo, salvo a diferença de “aptidões psicológicas e profissionais” (ibid., pp.193-194). Outro importante princípio defendido no Manifesto era a responsabilização do Estado com o oferecimento do ensino e a garantia dos direitos dos educandos, inclusive no que se refere aos elementos aqui já elencados.

O critério de qualidade para garantir que essa Educação fosse de fato unitária e chegasse a todo o país, seria a formação robusta dos professores, superando a forma de

recrutamento que acontecia naquele momento, na qual não se exigia nenhuma formação pedagógica ou preparo profissional específico para o exercício do magistério. Os renovadores defendiam a elevação do Curso Normal ao nível superior, com sua incorporação à Universidade. (AZEVEDO et al., 2006).

O Manifesto demonstra, assim, uma percepção muito delicada e visionária da especificidade da atividade docente, considerando que, até hoje, não conseguimos essa valorização da formação pedagógica para os professores do Ensino Médio e Superior, ainda muito focados somente nos conteúdos e na erudição. Essa formação unificada para todos os docentes viabilizaria o fim da diferenciação de hierarquias tradicionais (mestre, professor e catedrático), que precisaria ser eliminada por contrariar o “princípio da unidade da função educacional” (ibid., p. 200); essa função criaria uma isonomia de formação, remuneração e prestígio. Além disso, a formação universitária para todos os professores proporcionaria uma unidade cultural e espiritual (aspirações e ideais) que levaria para todas as regiões do país a mesma educação, com uma mesma base científica, moral e filosófica, pois a educação de excelência dependeria do “estado cultural dos adultos” (ibid., p. 201).

Trazida para os dias atuais, mais especificamente no que se refere às dificuldades de cumprimento do Piso Nacional do magistério na grande maioria dos municípios brasileiros, devido às incongruências do pacto federativo do país e a autonomia dos gestores para, ironicamente, descumprirem a lei, a proposta dos renovadores continua muito desafiadora, quase utópica.

A formação de uma nova base social: o horizonte democrático (burguês) do Manifesto

Para os Pioneiros, ao alcançarmos as condições descritas anteriormente, formaríamos conseqüentemente uma elite intelectual diferente, a elite dos mais capazes que substituiria a elite injusta dos mais ricos. Essa elite “autêntica” teria condições de pensar e solucionar os problemas brasileiros junto à sociedade (ibid., p. 200). É um cruzamento contraditório entre igualitarismo e elitismo, já destacado por Saviani (2013), expressando talvez a articulação de ideias de segmentos sociais tão heterogêneos. Contudo, parece mais uma articulação idealizada do que propriamente uma incoerência.

No desenvolvimento da Proposta dos Pioneiros, o princípio da igualdade se apresenta, implicitamente, como compatível com a nova elite, pois esta se formaria de indivíduos de todas as classes sociais que teriam a mesma formação, remuneração e prestígio. É uma clara

referência à tríade burguesa “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”. Daí, talvez, o sentido da expressão “elite autêntica” destacada no texto. Além disso, o caldeirão social em fervura no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, ilustrava bem a necessidade da burguesia ascendente em promover mecanismos de pacificação. Em uma brevíssima listagem, tivemos: revoltas armadas que se concretizariam com a “Revolução de Trinta”, colocando Vargas no Poder; o levante armado fracassado dos paulistas para derrubar o Governo Vargas em 1932; a Intentona Comunista de 1935; as tentativas tenentistas dos anos vinte e a forte presença integralista (ALENCAR, CARPI e RIBEIRO, 1996).

Diante desse contexto, podemos concluir que a tarefa prioritária dos grupos dominantes mais inteligentes era justamente esfriar o caldeirão e buscar uma saída moderada para as graves contradições da época, o que obviamente não se deu, mas que, em boa medida, explica o teor conciliatório da proposta. Além disso, os Pioneiros, enquanto ideólogos de nossa burguesia nascente, entendiam a forma social burguesa como efetivamente emancipadora. Considerando o quadro de miséria generalizada em que estávamos mergulhados, formar uma nova classe social que sintetizasse todas as outras classes soava, para vários segmentos sociais, como emancipação.

Firmados nesse parâmetro, alguns socialistas que assinaram o Manifesto*, mesmo conscientes dos limites teóricos e práticos das proposições apresentadas pelos Pioneiros, participaram do movimento aliando-se aos liberais, por representarem, conforme destaca Saviani (2013, p.278), “as forças mais progressistas da época” e por acreditarem que a revolução socialista decorreria da revolução burguesa. Esse raciocínio não é absurdo, dentro dos limites já apontados. Basta lembrarmos que nossa estrutura social era predominantemente agrária e o operariado incipiente; não havia muitas condições de perceber a separação inconciliável do capital x trabalho na sociedade de classes. Sem essa compreensão, é fácil resumir os conflitos sociais às questões éticas e educacionais. É claro que nossa burguesia nascente já estava “subordinada à economia agro-exportadora e ao capitalismo internacional” (ALENCAR, CARPI e RIBEIRO, 1996, p. 282), mas o predomínio do pensamento ultraconservador dos coronéis, de fato, fazia o pensamento liberal se apresentar como extremamente progressista.

Outro elemento de vanguarda do manifesto é a ênfase na importância do conhecimento científico e na educação como forças libertadoras. Isso é muito em um país de analfabetos

* Dos signatários do Manifesto, eram considerados socialistas Paschoal Lemme, Edgar Sussekind de Mendonça e Armanda Álvaro Alberto.

submetidos ao mando dos coronéis. O texto cita Celestin Bouglé, destacando que este compara a escola a uma estreita “zona luminosa”, porque consciente de sua função educadora. Todas as demais forças, que deduzimos serem a família, a igreja e os meios de comunicação, são “zonas de sombra”, intensamente povoadas. Mas a escola não pode, e não deve, se isolar dessas outras forças, devendo conseguir o seu apoio. Essas zonas de sombra são a realidade circundante que precisa ser trabalhada no cotidiano da escola para lhe dar sentido e racionalidade. A escola seria, portanto, o espaço de transformação dessas zonas de sombra, invocando os princípios dos primeiros tempos da burguesia, quando ainda era iluminista, revolucionária, antes de conquistar o poder e tornar-se o novo algoz social.

Paradoxalmente, foi a função produtiva atribuída ao Brasil como ex-colônia, na divisão internacional do trabalho, mero produtor de matéria prima, que nos mergulhou em séculos de barbárie social, atendendo às necessidades de acumulação, ou seja, nossa posição subalterna na estrutura de comando do capital foi, e continua sendo, o principal fator que impedia a realização dos próprios ideais burgueses dos Pioneiros. Mas uma atualização dessa divisão internacional do trabalho se fazia necessária para o próprio capital, e o Brasil já poderia ter sua indústria de base, o que seria implantado pelo presidente da época, Getúlio Vargas, um representante contraditório tanto da burguesia, como das oligarquias fundiárias. Mesmo com todo esse aparato do Estado, a tarefa enfrentou inúmeras dificuldades.

Para realizar esse projeto, a burguesia nascente precisava constituir um novo consenso social para formar a força de trabalho para as atividades produtivas necessárias ao processo de industrialização, o que poderia ser alcançado por meio de uma escola renovada. Os Pioneiros defenderam que a “Escola Única” teria que ser flexível e se integrar a um sistema maior que eles chamavam de “instituições periescolares e postescolares”. Essas instituições iriam apoiar a escola em sua tarefa, pois seriam de caráter educativo e de assistência social. É uma concepção ampla de educação, para além dos conteúdos propedêuticos e profissionalizantes, reconhecendo outras demandas educacionais, destacando os “progressos da psicologia aplicada à criança”, a importância da participação das famílias dos alunos, cooperação dos ex-alunos, da imprensa etc. Esses parceiros são chamados de “pontos de apoio”. A escola deve utilizar ainda os recursos do “disco, do cinema e do rádio”, tornando-se um centro de “criação, atração e irradiação de todas as forças e atividades educativas”. (AZEVEDO et al., 2006, pp.201-202).

Essa proposta dos Pioneiros foi muito bem resgatada pelo capital contemporâneo, com intensificação nas últimas três décadas, ao criar diversos mecanismos de intervenção de

empresas nas escolas, através de seus institutos, fundações e projetos sociais. É importante, entretanto, destacar a diferença fundamental entre a forma de apoio das referidas “instituições periescolares e postescolares” propostas pelos Pioneiros e a invasão sem sutilezas dos interesses empresariais nas escolas, também travestida de apoio. Embora a preparação de força de trabalho para manutenção da sociedade de mercado seja o ponto comum, os Pioneiros entendiam a “Escola Única” como uma totalidade articulada que se constituiria uma força motriz de transformação social, ainda que fosse apenas transformar uma sociedade agrária, arcaica, em sociedade industrial, mais avançada.

Imaginemos a riqueza de contradições que tal movimento histórico poderia provocar e os resultados imprevisíveis ao prover a classe trabalhadora de acesso ao conhecimento e à tentativa de superação dos antagonismos de classe. Bem mais empobrecidos e limitados são os conteúdos das campanhas de apoio promovidas pelas gigantescas estruturas midiáticas como “amigos da escola” ou a amplitude e capilaridade do Movimento Todos pela Educação (SHIROMA, MORAES e EVANGELISTA, 2007), cujo foco limita a escola a atingir os resultados definidos pelo mercado, controlando sistemas de ensino, gestores e docentes através da fragmentação padronizada de currículos e modelos de gestão, com uma profusão de supostos projetos pedagógicos, destituindo silenciosamente a autonomia da escola, ensinando-a basicamente a funcionar com restrição de recursos e expectativas, conforme determinam as agências financiadoras, exatamente o oposto do projeto de escola dos Pioneiros.

Os princípios democráticos eram extremamente valiosos para os Pioneiros da Educação Nova, que defendiam que a escola não deveria apenas ser democrática, deveria ter a missão de construir uma sociedade democrática. A “Escola Única” teria essa capacidade por apresentar as características de universalização que já foram descritas, destacando a especial capacidade da escola enquanto rede social promotora de um “sentido unitário” de sociedade. Segundo os Pioneiros, a educação conduzida cientificamente criaria essa unidade fundamental, pois a ciência tem validade universal independente do local onde aconteça, variando apenas no processo de adaptação em cada localidade.

Desta feita, acreditavam que essa condução científica seria capaz de modificar a visão dos professores, e estes, no processo de educação global, mudariam a visão de toda a sociedade (AZEVEDO et al., 2006). Nessa discussão sobre a necessidade de formar uma sociedade democrática, a partir da preparação dos sujeitos para atuarem como cidadãos capazes de discutir os problemas de sua realidade, surge novamente a pacificação da luta de classes, convocando toda a sociedade para participar da “marcha dos povos” (ibid, p. 202).

Esta marcha precisaria ser guiada para a democracia, com vistas a não se perder na “indisciplina e na desagregação” do caldeirão social efervescente ao qual já nos referimos. Essa marcha também convidava para a “revolução”. O uso desse termo é outra forte evidência dos conflitos sociais da época e a necessidade de canalizá-los antes de uma explosão social iminente e potencialmente incontrolável pelas classes dominantes. Mas os Pioneiros alertavam que essa revolução só poderia ser “fecunda” se fosse guiada pela educação e por uma sociedade unida com o mesmo propósito. Uma educação formadora de uma “Consciência Nacional” (ibid., p. 203). E aqui se revela com mais clareza o papel do Estado nesse processo.

Como estruturar essa “Escola Única” em meio ao Coronelismo e sua posição de mando absoluto sobre a vida e a morte de seus agregados? Era necessário um Estado que possibilitasse isso, mas de forma que conciliasse todos os segmentos sociais brasileiros, pactuados com o mesmo foco e interesse. A intencionalidade dos Pioneiros não encontrou condições objetivas para realizar o Estado democrático, que seria, dialeticamente, ferramenta e produto da “Escola Única”.

Ao considerarmos a fragmentação do modelo político no Brasil desde as capitanias hereditárias, e considerando ainda o contexto histórico específico da formação da República brasileira, com grande movimentação decorrente das diversas disputas e articulações de forças muito desiguais, poderosos grupos oligárquicos, incipientes camadas médias, tenentistas, liberais e alguns poucos socialistas e anarquistas, é possível perceber os antagonismos que teriam como consequência o Estado Novo. Era necessário fundar o Estado brasileiro e este precisaria ser forjado, primeiramente, na junção de todas as forças progressistas em luta contra o mando absoluto e secular das oligarquias agrárias.

Essa junção se materializou na forma da Aliança Liberal, que representou o arranjo político de grupos extremamente heterogêneos. O tamanho do antagonista definiu o tamanho do arranjo que era necessário, culminando com a vitória da chamada “Revolução de Trinta”, instalando um poder mais centralizado e forte. E novamente a processualidade histórica nos ajuda a montar o quebra-cabeça da práxis: será justamente Getúlio Vargas, personificação desse Estado recém-fundado, quem irá demandar aos intelectuais a elaboração de um projeto nacional de educação e dar os primeiros passos na construção dessa unidade, criando o Ministério da Educação e Saúde e o Conselho Nacional de Educação, ainda em 1930. Certamente, esse pedido aos intelectuais era uma habilidosa ação política de construir sua

base de apoio, muito mais do que uma intenção efetiva de por em prática, como assinalam Freitas e Biccas (2009), mas teve sua relevância histórica.

Apesar das contradições e limites, o exercício político feito na fase inicial do Período Vargas, antes da decretação do Estado Novo, contribuiu para dar alguns passos em direção à conquista da escola pública, laica, gratuita e obrigatória, que ainda desejamos, e promoveu um debate intenso e diversificado sobre a educação, inédito na sociedade da época e desafiador até os dias de hoje.

Conclusões

Objetivamos, neste texto, refletir sobre a proposta de intelectuais brasileiros classificados com Pioneiros da Educação Nova, materializada em seu Manifesto, publicado em 1932, cuja matriz gravitava entorno de um novo modelo de escola (Escola Única), participe ativa no projeto de construção de uma nova realidade brasileira, democrática em sua essência.

Os elementos postos no Manifesto demonstravam o teor progressista das ideias difundidas por seus idealizadores, em especial no que se refere ao conteúdo social da época, marcado por um atraso econômico, político e cultural, cuja expressão mais contundente era a desescolarização e pauperização da grande maioria da população do país, decorrendo daí, a compreensão dos Pioneiros sobre a expansão democrática da escola e a obrigatoriedade do Estado em garantir sua permanência qualificada.

Apesar de sua afirmação progressista, o Manifesto, devedor da própria condição de classe de seus formuladores, não conseguia ultrapassar os limites dos interesses da burguesia nacional emergente, passando a compor o conjunto de instrumentos contributivos à expansão do capital no Brasil. Mesmo que a totalidade das reivindicações postas no Manifesto não tenha se consolidado, seus princípios tornaram-se temas orientadores para a organização da educação nacional, permanecendo, alguns deles, como desafios ainda não enfrentados.

Referências

ALENCAR, Chico; CARPI, Lucia; RIBEIRO, Marcus Venicio. **História da Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1996.

AZEVEDO, Fernando et al. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). In: Revista Histedbr On-line, Campinas, n. especial, p.188-204, ago.2006. Disponível em http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf. Acesso em 20/9/2016.

FREITAS, Marcos Cezar; BICCAS, Maurilane de Sousa. **História Social da Educação no Brasil** (1926-1996). São Paulo: Cortez, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Coleção Memória da Educação. 4ª edição. Campinas: Autores Associados, 2013.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.